

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	76
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	77
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.579.150
Preferenciais	0
Total	86.579.150
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.157.788	776.538	811.462
1.01	Ativo Circulante	518.840	225.588	364.647
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.714	2.157	1.633
1.01.02	Aplicações Financeiras	428.766	144.443	301.385
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	428.766	144.443	301.385
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	227.472	144.443	301.385
1.01.02.01.04	Debêntures Privadas Partes Relacionadas	201.294	0	0
1.01.03	Contas a Receber	76.538	69.607	55.104
1.01.03.01	Clientes	76.538	69.607	55.104
1.01.04	Estoques	1.059	755	821
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.826	177	632
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.826	177	632
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.937	8.449	5.072
1.01.08.03	Outros	4.937	8.449	5.072
1.01.08.03.05	Outros Créditos	4.937	8.449	5.072
1.02	Ativo Não Circulante	638.948	550.950	446.815
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.615	30.447	12.927
1.02.01.04	Contas a Receber	37.339	29.613	12.660
1.02.01.04.01	Clientes	37.339	29.613	12.660
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	329	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	329	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.276	505	267
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	82	82	0
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	546	423	267
1.02.01.10.07	Outros Créditos	648	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.913	2.409	2.820
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.516	1.378	1.570
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	397	1.031	1.250

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04	Intangível	598.420	518.094	431.068
1.02.04.01	Intangíveis	598.420	518.094	431.068
1.02.04.01.02	Ativo de contrato da concessão	48.823	40.274	77.083
1.02.04.01.03	Intangível	549.597	477.820	353.985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.157.788	776.538	811.462
2.01	Passivo Circulante	292.607	62.440	325.280
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.406	6.979	5.837
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.875	2.343	1.792
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.531	4.636	4.045
2.01.02	Fornecedores	11.445	24.596	28.947
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.445	24.596	28.947
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.847	10.277	3.328
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.790	10.215	3.259
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.142	7.225	819
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Federais	3.648	2.990	2.440
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	57	62	69
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	235.585	19.367	232.606
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	225.725	16.535	10.927
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	225.725	16.535	10.927
2.01.04.02	Debêntures	9.860	2.832	221.679
2.01.05	Outras Obrigações	32.324	1.221	54.562
2.01.05.02	Outros	32.324	1.221	54.562
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	53.544
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	2.929	1.221	1.018
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	29.395	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	760.204	600.338	396.839
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	748.997	595.043	394.078
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	397.527	394.078
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	397.527	394.078
2.02.01.02	Debêntures	748.997	197.516	0
2.02.02	Outras Obrigações	7.409	5.295	1.717
2.02.02.02	Outros	7.409	5.295	1.717

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.02.02.03	Fornecedores e empreiteiros	6.123	3.868	0
2.02.02.02.05	Provisões	1.131	1.121	991
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	155	306	726
2.02.03	Tributos Diferidos	3.798	0	1.044
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.798	0	1.044
2.03	Patrimônio Líquido	104.977	113.760	89.343
2.03.01	Capital Social Realizado	12.988	12.988	12.988
2.03.01.01	Capital Social	12.988	12.988	12.988
2.03.04	Reservas de Lucros	91.989	100.772	76.355
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	22.113	12.988	12.987
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	59.486	50.769	33.253
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	10.390	37.015	30.115

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	452.115	395.104	344.666
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-217.490	-201.722	-169.489
3.03	Resultado Bruto	234.625	193.382	175.177
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.213	-51.869	-50.653
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.107	-52.125	-50.696
3.04.02.01	Despesas de Vendas, Administrativas e Gerais	-55.107	-52.125	-50.696
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	482	292	54
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-588	-36	-11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	179.412	141.513	124.524
3.06	Resultado Financeiro	-100.776	-36.779	-15.929
3.06.01	Receitas Financeiras	119.513	29.978	8.578
3.06.02	Despesas Financeiras	-220.289	-66.757	-24.507
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.636	104.734	108.595
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.418	-18.967	-13.656
3.08.01	Corrente	-8.291	-20.340	-10.450
3.08.02	Diferido	-4.127	1.373	-3.206
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	66.218	85.767	94.939
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	66.218	85.767	94.939
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,76483	0,99062	1,09656
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,76483	0,99062	1,09656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	66.218	85.767	94.939
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.218	85.767	94.939

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	84.008	68.192	107.340
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	197.468	169.633	144.583
6.01.01.01	Resultado Antes dos Tributos	78.636	104.734	108.595
6.01.01.02	Amortização e Depreciação	25.577	19.311	11.889
6.01.01.03	Provisões para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	868	1.269	1.696
6.01.01.04	Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.376	4.343	-1.669
6.01.01.05	Baixa de Títulos do Contas a Receber	1.753	2.623	10.963
6.01.01.06	Resultado na Baixa de Intangível	1.663	7	0
6.01.01.09	Rendimentos de Aplicações Financeiras	-48.984	-9.943	-2.787
6.01.01.10	Perda Líquida com Instrumentos Financeiros Derivativos	51.044	0	0
6.01.01.11	Encargos Sobre Empréstimos e Debêntures	100.141	42.915	14.695
6.01.01.13	Amortização do Custo de Captação	3.933	2.672	3.423
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente de Clientes	3.249	1.680	-2.222
6.01.01.16	Atualização monetária das Demandas Judiciais	0	22	0
6.01.01.18	Valor justo da dívida por meio do resultado	-26.788	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32.632	-43.681	-15.770
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-26.035	-40.102	-22.107
6.01.02.02	Estoques	-304	66	290
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-673	507	8.469
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-123	-156	-163
6.01.02.07	Outros Créditos	2.863	-3.377	-771
6.01.02.12	Fornecedores e Empreiteiros	-10.896	-483	-522
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.427	1.142	401
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	653	543	-233
6.01.02.16	Pagamento de Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários	-858	-1.161	-736
6.01.02.18	Outras Contas a Pagar	1.314	-660	-398
6.01.03	Outros	-80.828	-57.760	-21.473
6.01.03.01	Juros Pagos	-69.575	-45.398	-10.580

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-11.253	-12.362	-10.893
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-346.937	61.917	-404.006
6.02.01	Aplicações Financeiras e Debêntures Privadas, Líquidas	-271.660	158.467	-288.633
6.02.02	Juros Recebidos	28.224	6.712	577
6.02.12	Conta Corrente Líquida Partes Relacionadas	0	0	-32.849
6.02.14	Aquisição de Ativo de Contrato da Concessão	-103.144	-103.194	-83.101
6.02.16	Aquisição de Imobilizado	-357	-68	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	262.486	-129.585	294.515
6.03.01	Empréstimos e Debêntures Captadas	600.000	200.000	502.000
6.03.03	Custo na Captação de Empréstimos e Debêntures	-30.864	-2.691	-7.485
6.03.04	Empréstimos e Debêntures Pagas	-210.000	-212.000	-200.000
6.03.05	Dividendos Pagos	-75.001	-114.894	0
6.03.07	Instrumentos Financeiros Derivativos Recebidos	-21.649	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-443	524	-2.151
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.157	1.633	3.784
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.714	2.157	1.633

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.988	0	100.772	0	0	113.760
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.988	0	100.772	0	0	113.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.405	-27.596	0	-75.001
5.04.09	Dividendo Intercalares	0	0	0	-27.596	0	-27.596
5.04.10	Dividendos Intermediarios	0	0	-47.405	0	0	-47.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.218	0	66.218
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.218	0	66.218
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	38.622	-38.622	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	10.390	-10.390	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	8.717	-8.717	0	0
5.06.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	19.515	-19.515	0	0
5.07	Saldos Finais	12.988	0	91.989	0	0	104.977

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	12.988	0	76.355	0	0	89.343
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	12.988	0	76.355	0	0	89.343
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.504	-20.846	0	-61.350
5.04.09	Dividendo Intercalares	0	0	0	-20.846	0	-20.846
5.04.10	Dividendos Intermediários	0	0	-40.504	0	0	-40.504
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	85.767	0	85.767
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	85.767	0	85.767
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	64.921	-64.921	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	10.390	-10.390	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	17.516	-17.516	0	0
5.06.08	Dividendos Adicional Proposto	0	0	37.015	-37.015	0	0
5.07	SalDOS Finais	12.988	0	100.772	0	0	113.760

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.988	0	40.094	-19.710	0	33.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.988	0	40.094	-19.710	0	33.372
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-25.467	-13.501	0	-38.968
5.04.08	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-13.501	0	-13.501
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	-25.467	0	0	-25.467
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.939	0	94.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.939	0	94.939
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	61.728	-61.728	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.598	-2.598	0	0
5.06.05	Lucros Retidos	0	0	10.389	-10.389	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivo Fiscal	0	0	18.626	-18.626	0	0
5.06.08	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	30.115	-30.115	0	0
5.07	Saldos Finais	12.988	0	76.355	0	0	89.343

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	481.453	420.580	372.486
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	380.878	319.209	282.126
7.01.02	Outras Receitas	482	292	54
7.01.02.02	Outras Receitas	482	292	54
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	106.469	105.422	88.637
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.376	-4.343	1.669
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-254.706	-230.678	-197.871
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-67.267	-63.311	-56.226
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.970	-61.945	-53.008
7.02.04	Outros	-106.469	-105.422	-88.637
7.02.04.01	Custo de Construção	-106.469	-105.422	-88.637
7.03	Valor Adicionado Bruto	226.747	189.902	174.615
7.04	Retenções	-25.577	-19.311	-11.889
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.577	-19.311	-11.889
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	201.170	170.591	162.726
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	119.513	29.978	8.578
7.06.02	Receitas Financeiras	119.513	29.978	8.578
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	320.683	200.569	171.304
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	320.683	200.569	171.304
7.08.01	Pessoal	23.711	17.969	16.751
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.844	11.992	11.424
7.08.01.02	Benefícios	6.713	5.099	4.573
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.154	878	754
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.455	50.418	41.526
7.08.02.01	Federais	53.291	50.205	41.443
7.08.02.02	Estaduais	28	28	9
7.08.02.03	Municipais	136	185	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	177.299	46.415	18.088

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.01	Juros	174.748	43.085	14.907
7.08.03.02	Aluguéis	2.551	3.330	3.181
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.218	85.767	94.939
7.08.04.02	Dividendos	27.596	20.846	13.501
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.622	64.921	81.438

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA aumenta 27,5% e atinge R\$ 205,0 milhões em 2022

Teresina, 23 de fevereiro de 2023. A Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Companhia", "concessionária" ou "Águas de Teresina"), presente em Teresina, Estado do Piauí, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2022 ("4T22") e do ano de 2022 ("12M22"). Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T22 e o quarto trimestre de 2021 ("4T21") e entre o 12M22 e o ano de 2021 ("12M21"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

- **Crescimento de 21,4% na Receita Líquida¹ do 4T22 em relação ao 4T21, atingindo R\$ 98,3 milhões. No 12M22, o crescimento foi de 19,3%, atingindo R\$ 345,6 milhões;**
- **EBITDA² atinge R\$ 68,2 milhões no 4T22, crescimento de 21,8%, com margem EBITDA de 69,4%. No 12M22, o aumento foi de 27,5%, atingindo R\$ 205,0 milhões, com margem EBITDA de 59,3%;**
- **A Companhia segue avançando na ampliação do acesso ao serviço de esgotamento sanitário, com obras de extensão de rede de esgoto, construção de Elevatórias de Esgoto e reforma de Estações de Tratamento de Esgoto que resultaram em um aumento de 1,8 p.p. na cobertura de esgoto, que encerrou 2022 em de 42,9%;**
- **A concessionária também está levando abastecimento de água para novos núcleos urbanos, ampliando a rede de abastecimento e investindo em melhorias na segurança operacional.**

1 Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05).

2 Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

No último trimestre de 2022, o empenho e a expertise operacional da Companhia da unidade seguiram intensos para garantir abastecimento de água potável com regularidade aos teresinenses. Ao todo, foram beneficiadas 8.695 pessoas com ações de melhoria do sistema como a instalação de um novo bombeamento no bairro Buenos Aires, a perfuração de mais um poço no núcleo urbano Cerâmica Cil e a implementação de novas ligações no bairro Campestre.

A concessionária também assumiu o desafio de administrar o abastecimento de água de novos núcleos urbanos: Boa Hora, Santa Helena, Torrões, Salobro e Jordânia. Com isso, novas obras de rede de abastecimento foram executadas, beneficiando aproximadamente 1.000 moradores. Também foram substituídos mais de 600 metros de rede de ferro na região central de Teresina, com o objetivo de minimizar problemas decorrentes de incrustações na tubulação e melhorar a vazão da água distribuída.

A ampliação do acesso ao serviço de esgotamento sanitário, na capital, também foi destaque no último trimestre do ano, com a finalização das obras de extensão de 6,4 quilômetros de rede de esgoto no bairro Recanto das Palmeiras e demais empreendimentos residenciais, bem como a conclusão da construção das Elevatórias de Esgoto Jardins do Leste e Vitta, encerrando 2022 com a taxa de cobertura de esgoto de 42,9%, um avanço de 1,8 p.p. em relação ao ano anterior. A Companhia também investiu em segurança operacional, com retrofit dos quadros de comando das Elevatórias de Esgoto Leste, Pirajá, Bosque Residencial, João Emílio

Falcão, Polícia Militar e Miguel Arcoverde, além de melhorias na subestação da ETE Pirajá, urbanização da ETE Sigefredo Pacheco, bem como reformas das Elevatórias Vila do Leste, Murilo de Rezende e Castelo do Piauí.

Para fortalecer as parcerias institucionais, foi renovado o Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar/PI), conferindo mais transparência aos trabalhos desenvolvidos na capital piauiense. Foram instalados pontos de coleta na cidade para o descarte correto de óleo de cozinha, bem como de pilhas e baterias, visando a correta destinação desses resíduos. Na área de Responsabilidade Social, foram realizadas a 4ª edição do Projeto Pioneiros, o reforço do diálogo com as lideranças comunitárias a partir das ações do Programa Afluentes, além de ações itinerantes para cadastro na Tarifa Social.

No campo Comercial, foram realizadas ações do Feirão de Negociação para redução da inadimplência, além da conexão dos primeiros clientes que utilizavam água de poços e agora fazem uso exclusivo da rede de abastecimento da concessionária, com incremento no faturamento.

Iniciamos o ano de 2023 mantendo o foco na ampliação da cobertura, aumento da eficiência nas operações e implementação de melhorias na qualidade nos serviços prestados, levando aos teresinenses mais saúde e qualidade de vida por meio do saneamento.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaques Financeiros

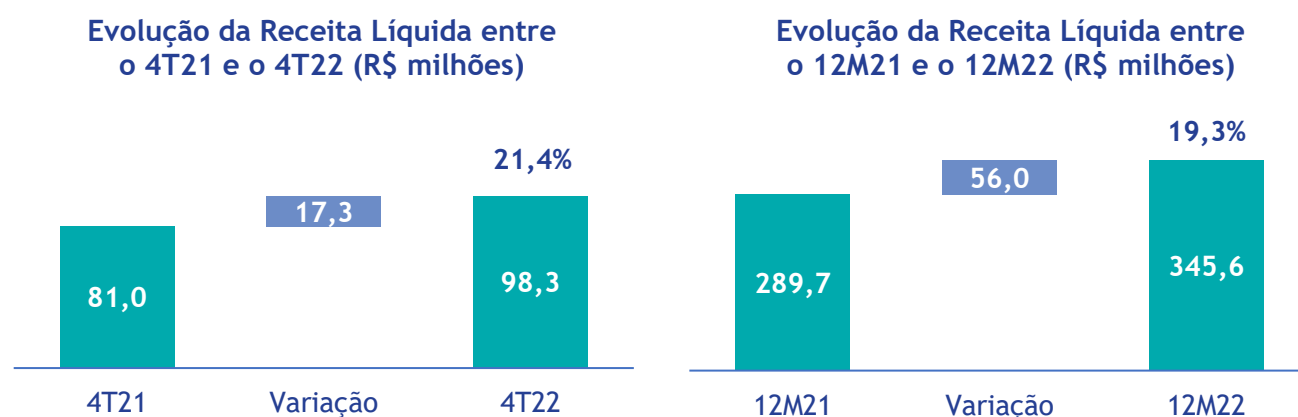
Destaques Financeiros (' 000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Receita operacional líquida¹	98.295	80.996	21,4%	345.646	289.682	19,3%
Receita de água	82.416	71.501	15,3%	294.532	258.202	14,1%
Receita de Esgoto	26.786	19.877	34,8%	90.074	69.037	30,5%
Deduções da receita	(10.907)	(10.382)	5,1%	(38.960)	(37.557)	3,7%
Custos e despesas operacionais²	(30.092)	(25.021)	20,3%	(140.657)	(128.858)	9,2%
EBITDA	68.203	55.975	21,8%	204.989	160.824	27,5%
Margem EBITDA	69,4%	69,1%	0,3 p.p.	59,3%	55,5%	3,8 p.p.
Resultado Financeiro	(26.138)	(11.020)	137,2%	(100.776)	(36.779)	174,0%
Lucro Líquido	30.699	32.942	-6,8%	66.218	85.767	-22,8%

Receita Líquida

No 4T22, a receita operacional líquida¹ atingiu R\$ 98,3 milhões, um aumento de 21,4% em relação ao 4T21. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram o reajuste tarifário anual de 13,6% em Jul/22 e o avanço na cobertura de esgoto, que ampliou o volume faturado em 6,8%.

No 12M22, a receita operacional líquida cresceu 19,3% em relação ao 12M21 e atingiu R\$ 345,6 milhões. Esse crescimento é resultado, principalmente, dos mesmos fatores que impactaram o trimestre.

Os gráficos a seguir demonstram o crescimento da receita líquida entre os trimestres e os períodos acumulados:



¹ Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa, sendo R\$ 35,1 milhões no 4T21 e R\$ 30,6 milhões no 4T22 e R\$ 105,4 milhões no 12M21 e R\$ 106,5 milhões no 12M22.

² Valores não contemplam os custos de construção ativo intangível com margem próxima a zero (OCPC05) e exclui os efeitos de amortização e depreciação.

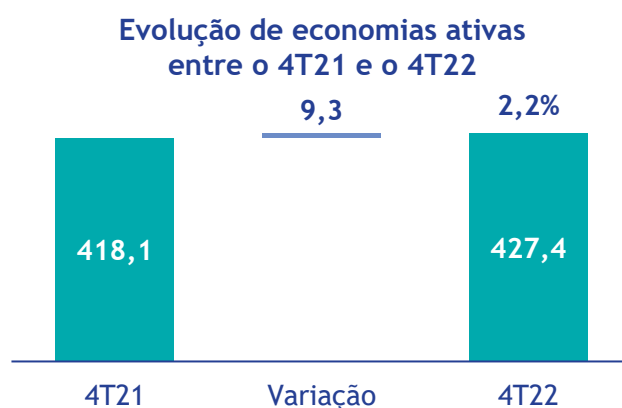
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Economias Ativas¹

No 4T22, a Companhia alcançou 427,4 mil economias ativas, um aumento de 2,2% em relação ao 4T21. Este aumento é devido, principalmente, à expansão da cobertura de esgoto, que resultou em um aumento de 6,1% nas economias ativas de esgoto frente ao mesmo período do ano anterior.

Economias ativas	4T22	4T21	Δ %
Água	330.027	326.376	1,1%
Esgoto	97.343	91.730	6,1%
Total	427.370	418.106	2,2%

O gráfico a seguir demonstra a evolução das economias ativas entre os períodos analisados:



Volume faturado

No 4T22, o volume faturado total atingiu 17.914 mil m³, um aumento de 3,8% em relação ao 4T21. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à expansão da cobertura de esgoto, com crescimento de 11,2% do volume faturado.

No 12M22, o volume faturado total atingiu 69.549 mil m³, um aumento de 1,8% em relação ao 12M21 devido ao mesmo evento do trimestre, com aumento de 8,2% no volume faturado de esgoto em 2022.

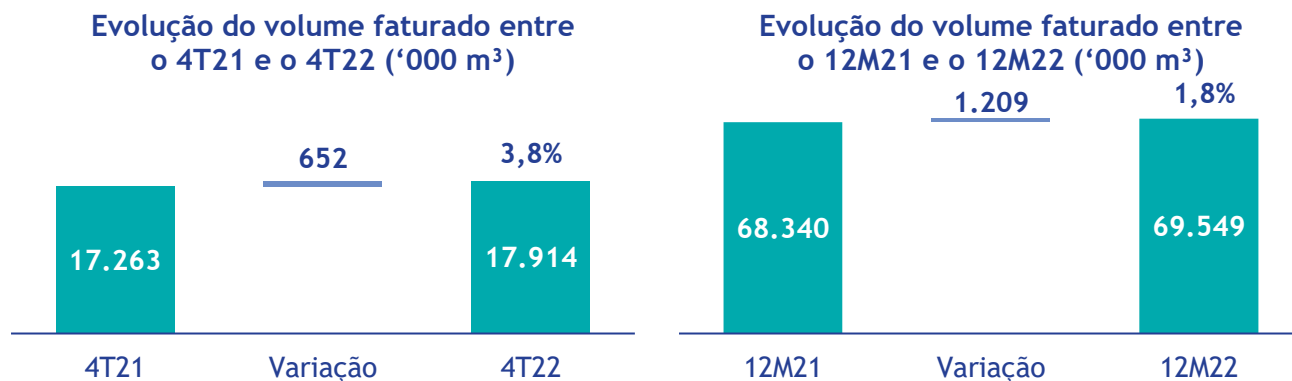
A tabela abaixo ilustra a comparação do volume faturado entre os trimestres e os períodos acumulados:

Volume faturado ('000 m ³)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Água	14.096	13.829	1,9%	54.891	54.788	0,2%
Esgoto	3.818	3.434	11,2%	14.658	13.552	8,2%
Total	17.914	17.263	3,8%	69.549	68.340	1,8%

¹ Economias: Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para o uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Ex: um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

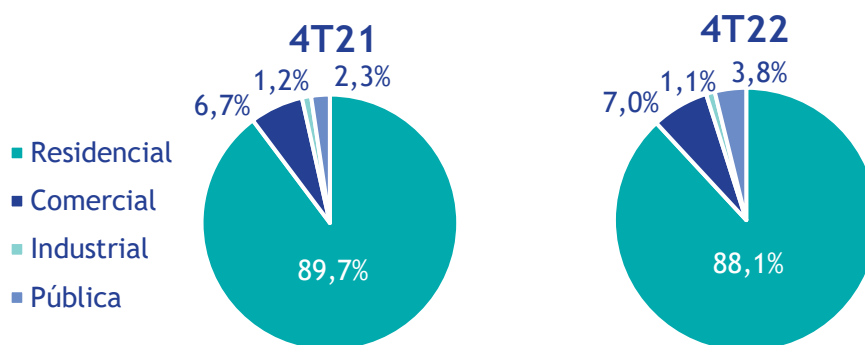
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto entre os trimestres e os períodos acumulados:



O gráfico a seguir demonstra o volume faturado de água por categoria. A maior concentração de clientes permanece no segmento residencial, responsável por 88,1% do faturamento.

Volume faturado de água por categoria entre o 4T21 e o 4T22 (%)



Custos e Despesas

No 4T22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 30,1 milhões, um aumento de 20,3% na comparação com o 4T21. Esse crescimento é resultado, principalmente, do aumento dos custos e despesas com pessoal e com locação. Compensaram parcialmente este efeito as reduções nos custos com energia elétrica e produtos químicos.

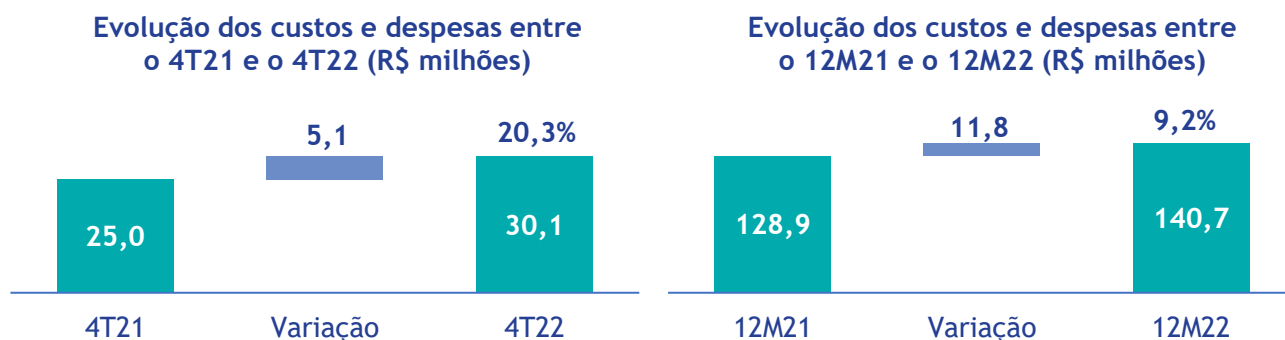
No 12M22, os custos e despesas, descontados os efeitos da amortização e depreciação e os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 140,7 milhões, um aumento de 9,2% na comparação com o 12M21. Esse crescimento é decorrente do aumento dos custos e despesas com pessoal e com conservação e manutenção.

Na tabela a seguir, a variação dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custos e Despesas ('000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Pessoal	(7.674)	(4.900)	56,6%	(27.706)	(19.843)	39,6%
Serviços de terceiros	(9.323)	(9.888)	-5,7%	(37.972)	(38.600)	-1,6%
Conservação e manutenção	(1.250)	(812)	53,9%	(4.408)	(2.920)	51,0%
Materiais, equipamentos e veículos	(305)	(584)	-47,8%	(2.752)	(2.640)	4,2%
Custo de concessão	(916)	(832)	10,1%	(6.054)	(5.836)	3,7%
Energia Elétrica	(9.004)	(10.918)	-17,5%	(38.722)	(38.108)	1,6%
Produtos químicos	(378)	(1.045)	-63,8%	(6.931)	(5.933)	16,8%
PECLD ¹	865	5.692	-84,8%	(8.129)	(6.966)	16,7%
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(109)	(491)	-77,8%	(868)	(1.269)	-31,6%
Locação	(737)	(12)	6041,7%	(2.551)	(3.330)	-23,4%
Outros	(1.261)	(1.231)	2,4%	(4.564)	(3.413)	33,7%
Custos e despesas operacionais	(30.092)	(25.021)	20,3%	(140.657)	(128.858)	9,2%
Depreciação e Amortização	(6.803)	(4.616)	47,4%	(25.577)	(19.311)	32,4%
Total	(36.895)	(29.637)	24,5%	(166.234)	(148.169)	12,2%

Os gráficos abaixo apresentam a evolução dos custos e despesas entre os trimestres e os períodos acumulados:

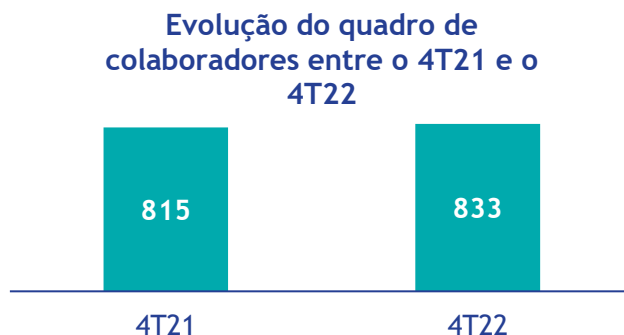


- Pessoal:**

No 4T22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 7,7 milhões, um aumento de 56,6% em comparação com o 4T21 em consequência, principalmente, da aplicação de dissídio e reajuste nos benefícios como plano de saúde, vale alimentação e vale transporte, além da contratação de 18 colaboradores.

No 12M22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 27,7 milhões, um aumento de 39,6% quando comparado ao 12M21, devido, principalmente, aos eventos reportados anteriormente.

A seguir a evolução do quadro de colaboradores da Companhia:

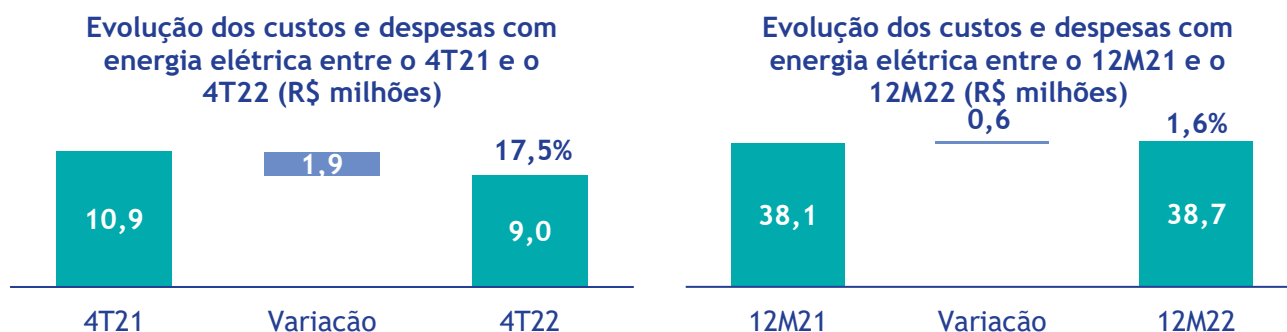


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

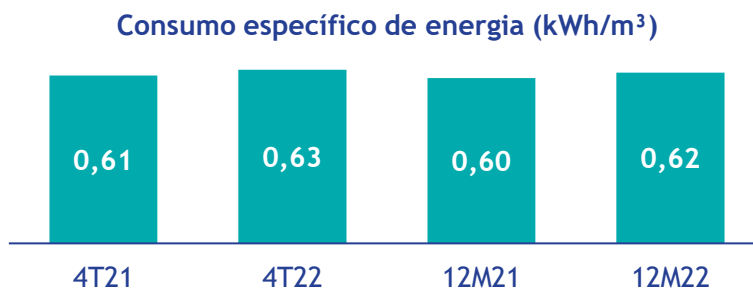
• Energia:

No 4T22, os custos com energia elétrica totalizaram R\$ 9,0 milhões, uma redução de 17,5% na comparação com o 4T21, devido: (i) à mudança na bandeira tarifária, que foi verde no 4T22 e vermelha de escassez hídrica no 4T21; (ii) à redução do ICMS sobre a energia de 27% para 18%; (iii) e da expansão de 80% para 84% no volume de energia contratado no Mercado Livre. No 12M22, os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 38,7 milhões, praticamente em linha com o 12M21.

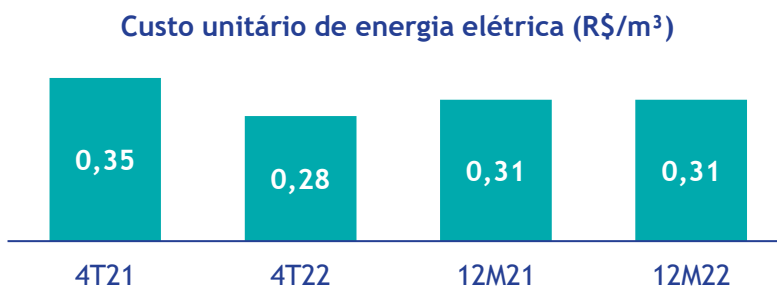
A seguir, a evolução dos custos e despesas com energia elétrica entre os trimestres e os períodos acumulados:



No 4T22, o consumo específico de energia apresentou crescimento de 3,3% em comparação ao 4T21 e encerrou o trimestre em 0,63 kWh/m³. Este resultado é devido, principalmente, à implantação de novos sistemas de bombeamento para atendimento aos novos núcleos urbanos que foram incorporados no contrato. No 12M22, o consumo específico apresentou crescimento de 3,3% em relação ao 12M21 e encerrou o semestre em 0,62 kWh/m³, pelos mesmos fatores citados anteriormente.



O custo unitário de energia elétrica¹ no 4T22 foi de R\$ 0,28, ou seja, uma redução de 20% em relação com o mesmo período de 2021, devido à mudança da bandeira tarifária para verde e ao aumento do volume de energia contrato no Mercado Livre mencionados anteriormente. No 12M22, os custos e despesas unitários de energia elétrica foram de R\$ 0,31/m³, estável em relação ao 12M21.



¹ A base para o cálculo do custo unitário (R\$/m³) inclui somente os custos de energia elétrica para produção de água e para tratamento de esgoto, ou seja, exclui despesas de energia administrativos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

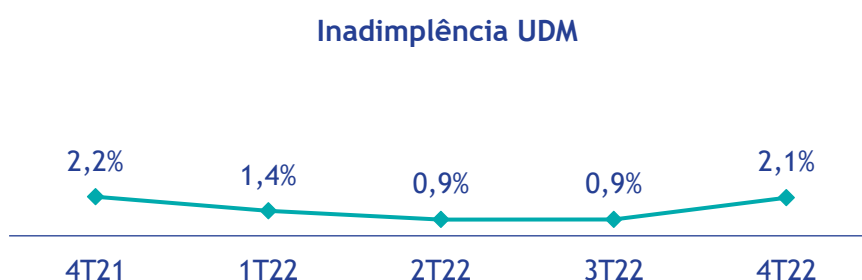
• Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

No 4T22, os gastos com a PECLD totalizaram uma reversão de R\$ 0,9 milhão, devido à revisão dos índices de provisionamento de inadimplência da Companhia.

No 12M22, os gastos com a PECLD totalizaram R\$ 8,1 milhões, um crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior, devido ao menor volume de reversões.

Inadimplência

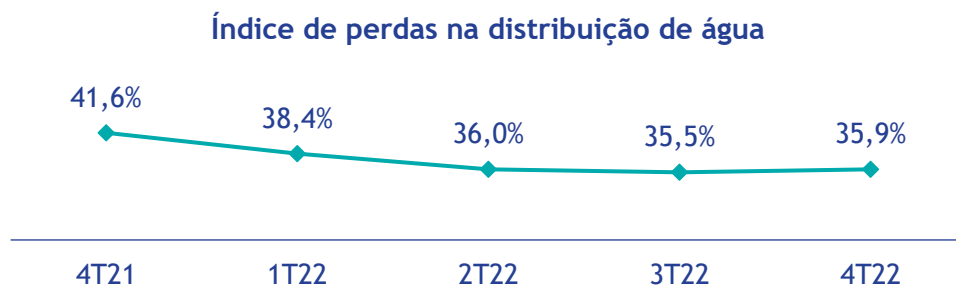
No período acumulado dos últimos doze meses findos no 4T22, a inadimplência¹ foi de 2,1%, em linha com o mesmo período de 2021.



Índice de perdas na distribuição de água

No 4T22, o índice de perdas de água caiu para 35,9%, ou seja, 5,7 p.p. abaixo do verificado no 4T21, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

A redução do índice é resultado dos investimentos em redução de perdas, como a troca de ramais prediais, substituição de hidrômetros, uso de equipamentos para detecção de vazamentos, como os geofones, além de outras iniciativas do ponto de vista operacional e comercial, como redução de fraudes e ligações clandestinas.



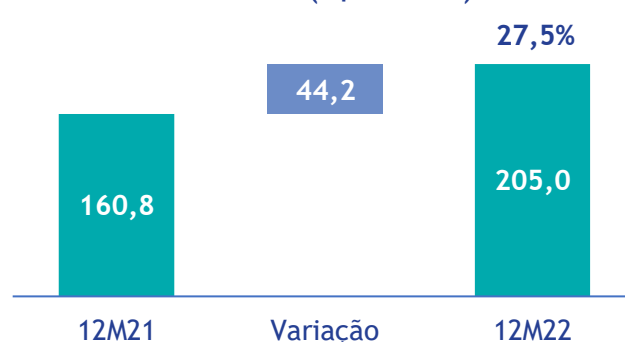
¹ Cálculo da inadimplência: Despesas de PECLD/ receita bruta excluídos cancelamentos

² IN049 (SNIS) - Cálculo Índice Perdas na distribuição (%): (Vol. de água Produzido (m³) + Vol. de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³)) - Vol. Água Consumido (m³) / (Volume de água Produzido (m³) + Volume de água Tratada Importado (m³) - Vol. Água Serviço (m³))

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

No 4T22, o EBITDA foi de R\$ 68,2 milhões, um aumento de 21,8% na comparação com o 4T21, devido, principalmente, aos reajustes tarifários e à expansão da cobertura de esgoto. A margem EBITDA do 4T22 ficou em 69,4%, um crescimento de 0,3 p.p. quando comparada ao mesmo período de 2021.

No 12M22, o EBITDA foi de R\$ 205,0 milhões, um crescimento de 27,5% em relação ao 12M21, devido aos eventos destacados no resultado do trimestre. A margem EBITDA do 12M22 ficou em 59,3%, um crescimento de 3,8 p.p.

Evolução do EBITDA entre o 4T21 e o 4T22 (R\$ milhões)**Evolução do EBITDA entre o 12M21 e o 12M22 (R\$ milhões)**

EBITDA (' 000)	4T22	4T21	Δ %	12M22	12M21	Δ %
Lucro Líquido	30.699	32.942	-6,8%	66.218	85.767	-22,8%
(+) Resultado Financeiro	26.138	11.020	137,2%	100.776	36.779	174,0%
(+) Imposto sobre Lucro	4.563	7.397	-38,3%	12.418	18.967	-34,5%
(+) Depreciação e Amortização	6.803	4.616	47,4%	25.577	19.311	32,4%
EBITDA	68.203	55.975	21,8%	204.989	160.824	27,5%
Margem EBITDA	69,4%	69,1%	0,3 p.p.	59,3%	55,5%	3,8 p.p.

CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos no 4T22, a Companhia realizou R\$ 103,5 milhões em investimentos, em linha com o acumulado no 4T21, com destaque para expansão da cobertura de esgoto no município e redução de perdas no sistema de distribuição de água.

CAPEX total acumulado em 12 meses (R\$ milhões)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento

A dívida bruta da Companhia ficou em R\$ 1.012,8 milhões no 4T22, um aumento de 64,8% em relação ao 4T21 devido, principalmente, à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$ 600 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes e de aplicações financeiras somou R\$ 229,2 milhões no 4T22, um aumento de R\$ 82,6 milhões em comparação ao mesmo período de 2021.

A dívida líquida totalizou R\$ 783,6 milhões, um aumento de 67,5% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, a pagamento de despesa financeira. A alavancagem da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 3,82x, 0,91x acima da verificada no ano anterior.

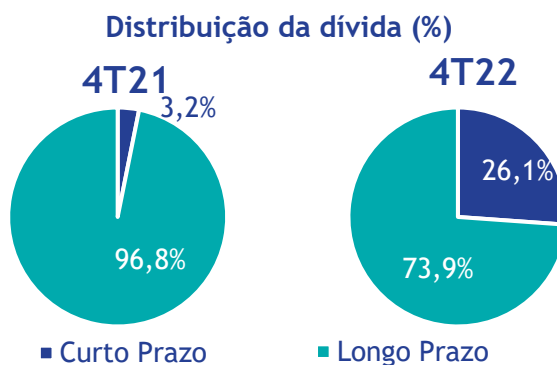
Endividamento (R\$ milhares)	12M22	12M21	Δ %
Dívida Líquida	786.759	467.810	68,2%
(+) Dívida Bruta	1.015.945	614.410	65,4%
(+) Empréstimos financiamentos e debêntures	1.011.370	614.410	64,6%
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(24.684)	-	-
(+) Hedge de fluxo de caixa	(20.109)	-	-
(-) Caixa e Disponibilidades	(229.186)	(146.600)	56,3%
EBITDA (12 meses)	204.989	160.824	27,5%
Dívida Líquida / EBITDA	3,84x	2,91x	0,93x

No 4T22, o prazo médio da dívida da Águas de Teresina era de 6,2 anos. A dívida de curto prazo representava 25,4% do endividamento total, conforme demonstrado nos gráficos a seguir, sendo que R\$ 225,6 milhões corresponde à 2ª emissão de notas promissórias, com vencimento no primeiro semestre de 2023, no mês de março.

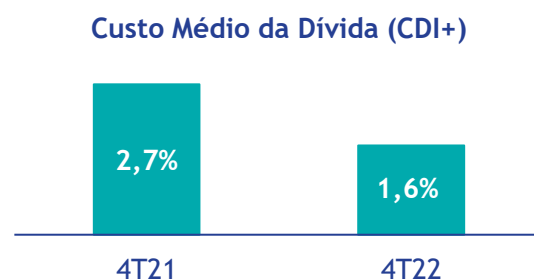


O gráfico a seguir ilustra a distribuição da dívida da Companhia entre curto e longo prazo na comparação entre o 4T21 e o 4T22.

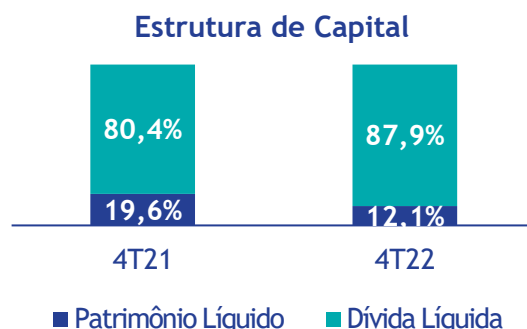
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O custo médio da dívida da Companhia ficou em CDI + 1,6% no 4T22. Em taxa pré-fixada, o custo da Dívida foi de 15,5% no 4T22 versus 12,1% no 4T21.



A parcela da dívida indexada ao IPCA está hedgeada para CDI.



Declaração do artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03

Os auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.) foram contratados, em dezembro de 2022, para prestar serviço de asseguarção limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade ano-base 2022, em conformidade com a Norma e Procedimento de Asseguarção NBC TO 3000, emitida pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade) para asseguarção de informações não financeiras, e de acordo com o Comunicado Técnico 07/2012 emitido pelo IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). O serviço será executado em prazo inferior a 1 ano e por ele é devido honorários totais no montante de R\$ 103.000,00, representando cerca de 2,11% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de asseguarção limitada do Relatório de Sustentabilidade, tanto na Aegea quanto na firma de auditoria, serão realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial (valores R\$ milhares)

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	518.840	225.588
Caixa e equivalentes de caixa	1.714	2.157
Aplicações financeiras	227.472	144.443
Contas a receber de clientes	76.538	69.607
Estoques	1.059	755
Tributos a recuperar	5.826	177
Outros créditos	4.937	8.449
ATIVO NÃO CIRCULANTE	638.948	550.950
Contas a receber de clientes	37.339	29.613
Tributos a recuperar	82	82
Ativo fiscal diferido	-	329
Depósitos judiciais	546	423
Outros créditos	648	-
Imobilizado	1.913	2.409
Ativo de contrato da concessão	48.823	40.274
Intangível	549.597	477.820
TOTAL ATIVO	1.157.788	776.538
PASSIVO CIRCULANTE	292.607	62.440
Fornecedores e empreiteiros	11.445	24.596
Empréstimos e debêntures	235.585	19.367
Obrigações trabalhistas e sociais	8.406	6.979
Obrigações fiscais	3.705	3.052
Imposto de renda e contribuição social	1.142	7.225
Instrumentos financeiros derivativos	29.395	-
Outras contas a pagar	2.929	1.221
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	760.204	600.338
Fornecedores e empreiteiros	6.123	3.868
Empréstimos e debêntures	748.997	595.043
Provisões	1.131	1.121
Outras contas a pagar	155	306
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.977	113.760
Capital social	12.988	12.988
Reservas de lucros	12.988	12.988
Reserva de incentivo fiscal	59.486	50.769
Ajuste de avaliação patrimonial	0	-
Dividendos adicionais propostos	19.515	37.015
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.157.788	776.538

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Resultado (valores R\$ milhares)**

	30/12/2022	30/12/2021
Receita bruta	491.075	432.661
Receita direta	384.606	327.239
Receita de construção ativo intangível	106.469	105.422
Deduções da receita bruta	(38.960)	(37.557)
Receita operacional líquida	452.115	395.104
Custos dos serviços prestados	(217.490)	(201.722)
Custos operacionais	(111.021)	(96.300)
Custos de construção ativo intangível	(106.469)	(105.422)
Despesas Operacionais	(55.213)	(51.869)
Gerais e administrativas	(55.107)	(52.125)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(106)	256
Resultado operacional	179.412	141.513
Resultado financeiro	(100.776)	(36.779)
Imposto de renda e contribuição social	(12.418)	(18.967)
Resultado do Período	66.218	85.767

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Demonstração do Fluxo de Caixa (valores R\$ milhares)**

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	78.636	104.734
Ajustes para:	118.832	64.899
Amortização e depreciação	25.577	19.311
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	868	1.269
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	6.376	4.343
Baixa de títulos do contas a receber	1.753	2.623
Resultado na baixa de intangível	1.663	7
Rendimentos de aplicações financeiras	(48.984)	(9.943)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	100.141	42.915
Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	(26.788)	-
Ajuste a valor presente de clientes	3.249	1.680
Atualização monetária das demandas judiciais	-	22
Amortização do custo de captação	3.933	2.672
Perda líquida com instrumentos financeiros derivativos	51.044	-
Variações nos ativos e passivos	(32.632)	(43.681)
(Aumento) / Diminuição dos ativos	(24.272)	(43.062)
Contas a receber de clientes	(26.035)	(40.102)
Estoques	(304)	66
Tributos a recuperar	(673)	507
Depósitos judiciais	(123)	(156)
Outros créditos	2.863	(3.377)
Aumento / (Diminuição) dos passivos	(8.360)	(619)
Fornecedores e empreiteiros	(10.896)	(483)
Obrigações trabalhistas e sociais	1.427	1.142
Obrigações fiscais	653	543
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(858)	(1.161)
Outras contas a pagar	1.314	(660)
Juros pagos	(69.575)	(45.398)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.253)	(12.362)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	84.008	68.192
Aplicações financeiras, líquidas	(271.660)	158.467
Juros recebidos	28.224	6.712
Aquisição de imobilizado	(357)	(68)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(103.144)	(103.194)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(346.937)	61.917
Empréstimos e debêntures captadas	600.000	200.000
Empréstimos e debêntures pagas	(210.000)	(212.000)
Custo na captação de empréstimos e debêntures	(30.864)	(2.691)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	(21.649)	-
Dividendos pagos	(75.001)	(114.894)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades financiamento	262.486	(129.585)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(443)	524
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.157	1.633
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.714	2.157
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(443)	524

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de propósito específico, com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 25 de fevereiro de 2021, domiciliada no Brasil com sede em Teresina - PI. A Companhia foi constituída em 21 de fevereiro de 2017 de acordo com os termos do Edital de Concorrência pública nº 001/2016, e contrato firmado em 22 de março de 2017.

A Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA) detentora do contrato de concessão, firmou contrato de subconcessão com a Companhia, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário outorgados na área urbana no município de Teresina - PI, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

O processo licitatório nº 001/2016 da Subconcessão de Teresina possui processos judiciais em andamento os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações, e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Estes processos tiveram origem em questionamento formulado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, o qual foi recentemente julgado por esta corte no sentido de estabilizar a vigência da subconcessão.

Na hipótese de ser decretada a anulação da subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade. Ainda, a recente decisão do TCE/PI, decidiu pela estabilização do contrato de subconcessão, reforçando especificamente os possíveis impactos financeiros para o Estado do Piauí decorrentes das indenizações cabíveis como consequência inexorável de uma eventual anulação da subconcessão.

Notas Explicativas

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 9);

Notas Explicativas

2. Base de preparação--Continuação

c) Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 12);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 14); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 17).

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Receita de contrato com cliente--Continuação

(iii) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de subconcessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPJ”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) *Mensuração subsequente*

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Mensuração subsequente--Continuação*

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Desreconhecimento--Continuação*

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos de *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seu risco de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*--Continuação

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de valor justo'

A Companhia utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos e debêntures, impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS), despesas e comissões bancárias, descontos concedidos e perdas com instrumentos financeiros derivativos.

c) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos--Continuação*

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Administração determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*--Continuação

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 18.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

g) Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “j”. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, à qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

A Companhia utiliza o benefício fiscal obtido de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura, o direito à redução de 75% da alíquota de Imposto de Renda, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas, vigorando seus efeitos retroativos de janeiro de 2018 à dezembro de 2027.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Em contrapartida a Companhia deverá atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, ser mantido em reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social, diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Tributos--Continuação

(i) *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) *Tributos sobre prestações de serviços*

O PIS/PASEP e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de subconcessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura recebida e/ou construída não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de subconcessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de subconcessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de subconcessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de subconcessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

l) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o exercício.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 -Ativo Biológico e Produto Agrícola)

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

Notas Explicativas

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	7	5
Bancos conta movimento	1.707	2.152
	<u>1.714</u>	<u>2.157</u>

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	113.836	135.670
Fundo de Investimento Safira	113.636	8.773
	<u>227.472</u>	<u>144.443</u>

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários -CDB e do fundo de investimento é em média 102,53% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (96,83% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto à CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 18 - Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

6. Contas a receber de clientes

	2022	2021
Serviços de água e esgoto	127.789	110.423
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	21.443	17.776
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(35.355)	(28.979)
	<u>113.877</u>	<u>99.220</u>
Circulante	76.538	69.607
Não circulante	37.339	29.613

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total	Total em 2022
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias		
Residencial	11.260	25.050	9.642	-	34.692	45.952
Comercial	4.818	3.090	979	-	4.069	8.887
Industrial	248	621	302	-	923	1.171
Setor público	1.671	2.294	32	17	2.343	4.014
Subtotal consumidores	17.997	31.055	10.955	17	42.027	60.024
Renegociações (i)	59.247	6.122	1.950	446	8.518	67.765
	<u>77.244</u>	<u>37.177</u>	<u>12.905</u>	<u>463</u>	<u>50.545</u>	<u>127.789</u>

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos			Total	Total em 2021
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias		
Residencial	13.707	24.822	10.002	-	34.824	48.531
Comercial	1.367	2.830	1.357	-	4.187	5.554
Industrial	250	811	477	-	1.288	1.538
Setor público	441	1.989	170	259	2.418	2.859
Subtotal consumidores	15.765	30.452	12.006	259	42.717	58.482
Renegociações (i)	48.073	3.468	382	18	3.868	51.941
	<u>63.838</u>	<u>33.920</u>	<u>12.388</u>	<u>277</u>	<u>46.585</u>	<u>110.423</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2022 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 7.066 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 6,28% a.a. (R\$ 3.817 e 3,73% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 3.249 de ajuste a valor presente (R\$ 1.680 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes--Continuação**

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Resultado			Saldo em 2022
	Saldo em 2021	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(13.599)	(21.872)	18.458	(17.013)
Público	(2.206)	(1.337)	2.558	(985)
Renegociações	(13.174)	(15.252)	11.069	(17.357)
	<u>(28.979)</u>	<u>(38.461)</u>	<u>32.085</u>	<u>(35.355)</u>

Natureza	Resultado			Saldo em 2021
	Saldo em 2020	Adições	Reversões	
Privado (ii)	(13.434)	(21.094)	20.929	(13.599)
Público	(1.995)	(1.459)	1.248	(2.206)
Renegociações	(9.207)	(21.102)	17.135	(13.174)
	<u>(24.636)</u>	<u>(43.655)</u>	<u>39.312</u>	<u>(28.979)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2022
Privado (ii)	(18.922)	14.354	(4.568)
Público	(169)	569	400
Renegociações	(6.933)	9.348	2.415
	<u>(26.024)</u>	<u>24.271</u>	<u>(1.753)</u>

Natureza	Resultado		
	Baixas	Recuperações (iii)	Total em 2021
Privado (ii)	(18.331)	16.868	(1.463)
Público	(510)	250	(260)
Renegociações	(13.726)	12.826	(900)
	<u>(32.567)</u>	<u>29.944</u>	<u>(2.623)</u>

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Notas Explicativas

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2022, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 2.189 (R\$ 2.097 em 31 de dezembro de 2021).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda. (d)	87	47
Manaus Ambiental S.A. (d)	694	580
Rio Negro Ambiental, Capitação, tratamento e dist. Água SPE - S.A. (d)	-	29
	<u>781</u>	<u>656</u>
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (g)	<u>201.294</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	1.741	4.128
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	3.364	2.434
	<u>5.105</u>	<u>6.562</u>
	<u>207.180</u>	<u>7.218</u>

Notas Explicativas**7. Transações com partes relacionadas--Continuação****Outras transações com partes relacionadas--Continuação**

	2022	2021
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	2.112	3.000
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	97	418
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	63	377
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	1.230	524
	<u>3.502</u>	<u>4.319</u>
Notas promissórias		
Itaú Unibanco S.A. (e)	<u>225.725</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	44	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	893	-
Manaus Ambiental S.A. (d)	742	-
	<u>1.679</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Debêntures		
Itaú Unibanco S.A. (e)	<u>9.560</u>	<u>-</u>
Notas promissórias		
Itaú Unibanco S.A. (e)	<u>-</u>	<u>208.501</u>
	<u>240.466</u>	<u>212.820</u>
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(25.289)	(25.695)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(2.530)	(4.638)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(1.749)	(1.562)
	<u>(29.568)</u>	<u>(31.895)</u>
Receitas Financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (f)	1.294	-
Itaú Unibanco S.A. (f)	4.620	-
	<u>5.914</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	-	(1.544)
Igarapé Participações S.A. (e)	-	(2.316)
Banco Itaú BBA S.A. (e)	-	(7.968)
Itaú Unibanco S.A. (e)	(29.801)	-
	<u>(29.801)</u>	<u>(11.828)</u>
	<u>(53.455)</u>	<u>(43.723)</u>

Notas Explicativas**7. Transações com partes relacionadas--Continuação****Outras transações com partes relacionadas--Continuação**

- (a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.
- (b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.
- (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.
- (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (e) A rubrica compreende as seguintes transações: emissão de debêntures e notas promissórias em posse da Itaú Unibanco S.A. e juros incorridos sobre essas operações no resultado do exercício.
- (f) Refere-se aos rendimentos com aplicações financeiras e debêntures privadas.
- (g) Os valores referem-se à emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição privada.

8. Ativo de contrato da concessão

			2022	2021
			<u>48.823</u>	<u>40.274</u>
Ativo de contrato da concessão				
	2021		2022	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	<u>40.274</u>	<u>106.469</u>	<u>(97.920)</u>	<u>48.823</u>
	2020		2021	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	<u>77.083</u>	<u>105.422</u>	<u>(142.231)</u>	<u>40.274</u>

- (i) Os juros sobre financiamentos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 3.325 a uma taxa média de 12,26% a.a. (R\$ 2.228 e 5,72% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2022			2021
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,3%	161.600	(29.643)	131.957	137.359
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 29	4,1%	277.681	(21.093)	256.588	172.403
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	4,0%	148.440	(14.828)	133.612	147.508
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	7,7%	31.705	(5.350)	26.355	19.463
Outros componentes	de 05 a 27	4,8%	1.229	(228)	1.001	977
			620.655	(71.142)	549.513	477.710
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 05	20,4%	1.446	(1.362)	84	110
			1446	(1.362)	84	110
			622.101	(72.504)	549.597	477.820
			2021			2020
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,3%	161.600	(24.241)	137.359	142.760
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 30	3,9%	179.519	(7.116)	172.403	81.666
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 30	3,9%	158.964	(11.456)	147.508	118.726
Máquinas e equipamentos	de 05 a 28	7,4%	22.440	(2.977)	19.463	9.656
Outros componentes	de 05 a 27	4,7%	1.148	(171)	977	1.033
			523.671	(45.961)	477.710	353.841
Software						
Licença de uso de Software	05	20,0%	1.439	(1.329)	110	144
			1.439	(1.329)	110	144
			525.110	(47.290)	477.820	353.985

Notas Explicativas

9. Intangível--Continuação

b) Movimentação do custo

Ativo	2021				2022
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	161.600	-	-	-	161.600
Instalações técnicas de saneamento	179.519	67.141	(49)	31.070	277.681
Edificações de estações de tratamento	158.964	21.425	(1.774)	(30.175)	148.440
Máquinas e equipamentos	22.440	9.265	-	-	31.705
Outros componentes	1.148	82	-	(1)	1.229
	<u>523.671</u>	<u>97.913</u>	<u>(1.823)</u>	<u>894</u>	<u>620.655</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	1.439	7	-	-	1.446
	<u>1.439</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1446</u>
	<u>525.110</u>	<u>97.920</u>	<u>(1.823)</u>	<u>894</u>	<u>622.101</u>
Ativo	2020				2021
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	161.600	-	-	-	161.600
Instalações técnicas de saneamento	83.230	96.519	-	(230)	179.519
Edificações de estações de tratamento	123.931	38.612	-	(3.579)	158.964
Máquinas e equipamentos	11.541	7.100	(9)	3.808	22.440
Outros componentes	1.148	-	-	-	1.148
	<u>381.450</u>	<u>142.231</u>	<u>(9)</u>	<u>(1)</u>	<u>523.671</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	1.438	-	-	1	1.439
	<u>1.438</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.439</u>
	<u>382.888</u>	<u>142.231</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>525.110</u>

Notas Explicativas**9. Intangível--Continuação****c) Movimentação da amortização**

Ativo	2021	2022			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	(24.241)	(5.402)	-	-	(29.643)
Instalações técnicas de saneamento	(7.116)	(10.361)	5	(3.621)	(21.093)
Edificações de estações de tratamento	(11.456)	(6.254)	155	2.727	(14.828)
Máquinas e equipamentos	(2.977)	(2.373)	-	-	(5.350)
Outros componentes	(171)	(57)	-	-	(228)
	(45.961)	(24.447)	160	(894)	(71.142)
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.329)	(33)	-	-	(1.362)
	(1.329)	(33)	-	-	(1.362)
	(47.290)	(24.480)	160	(894)	(72.504)

Ativo	2020	2021		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(18.840)	(5.401)	-	(24.241)
Instalações técnicas de saneamento	(1.564)	(5.552)	-	(7.116)
Edificações de estações de tratamento	(5.205)	(6.251)	-	(11.456)
Máquinas e equipamentos	(1.885)	(1.094)	2	(2.977)
Outros componentes	(115)	(56)	-	(171)
	(27.609)	(18.354)	2	(45.961)
Software				
Licença de uso de <i>Software</i>	(1.294)	(35)	-	(1.329)
	(1.294)	(35)	-	(1.329)
	(28.903)	(18.389)	2	(47.290)

A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**10. Fornecedores e empreiteiros**

	2022	2021
Fornecedores de materiais e serviços	14.066	24.145
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 7)	3.502	4.319
	17.568	28.464
Circulante	11.445	24.596
Não circulante	6.123	3.868

11. Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor Desembolsado / Captado	2022	2021
Notas promissórias comerciais	CDI + 1,70% a.a.	Março/2023	200.000	225.566	207.498
Debêntures	CDI + 2,55% a.a.	Março/2026	200.000	205.919	202.667
	IPCA + 6,51% a				
Debêntures	6,85% a.a.	Maio/2037	600.000	553.097	-
Cédula de Crédito Bancário	CDI + 3,90% a.a.	Outubro/2023	200.000	-	204.245
				984.582	614.410
Circulante				235.585	19.367
Não circulante				748.997	595.043

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – debêntures

	2022
2024	66.667
2025	66.667
2026	66.667
2029 em adiante	577.786
	777.787
Custo de captação (não circulante)	(28.790)
Total	748.997

Notas Explicativas

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

Movimentação das dívidas	2022	2021
Saldo inicial	614.410	626.684
Captações	600.000	200.000
(-) Pagamentos do principal	(210.000)	(212.000)
(-) Pagamentos de juros	(69.575)	(45.398)
Provisão de juros (nota explicativa nº 16)	100.141	42.915
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	3.325	2.228
(-) Custo de captação do exercício	(30.864)	(2.691)
Amortização do custo de captação do exercício	3.933	2.672
Valor Justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 16)	(26.788)	-
Saldo final	984.582	614.410

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2022 totaliza o montante de R\$ 31.553 (R\$ 4.622 em 31 de dezembro de 2021).

a) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento	
			Principal	Juros
3ª emissão (i)	Março/2021	200.000	3 parcelas – março de 2024, 2025 e 2026	Semestral da emissão
4ª emissão (i) e (ii)	Junho/2022	600.000	8 parcelas - maio de 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036 e 2037	Semestral da emissão

(i) A interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea") prestou garantia fidejussória.

(ii) Com a finalidade de reduzir o custo total da operação, a Companhia contratou junto ao Banco Santander, BTG Pactual e BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo seu custo ponderado final de 111,03% do CDI. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.

Notas Explicativas

11. Empréstimos e debêntures--Continuação

b) Notas Promissórias Comerciais

A Companhia emitiu notas promissórias comerciais da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

<u>Emissão</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal total</u>	<u>Pagamento Principal e Juros</u>
2ª emissão – 3 séries (iii)	Março/2020	200.000	Entre março de 2021 e março de 2023

(iii) A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela avalista a controladora Aegea.

c) Cédula de Crédito Bancário

Em setembro de 2020, a Companhia contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 200.000. O valor do principal será pago em duas parcelas com vencimento em abril e outubro de 2023 e os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em abril de 2021. Essa operação conta com o aval da controladora Aegea. Essa operação foi totalmente liquidada em agosto de 2022.

A Companhia mantém em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e covenants usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2022.

12. Depósitos judiciais e provisões

A Companhia é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Notas Explicativas**12. Depósitos judiciais e provisões--Continuação**

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	7	4	115	111
Trabalhistas	196	76	31	25
Tributários	343	343	985	985
	<u>546</u>	<u>423</u>	<u>1.131</u>	<u>1.121</u>

Movimentação das provisões

Natureza	2021	Resultado		Pagamentos	2022
		Adições	Reversões		
Cíveis	111	976	(242)	(730)	115
Trabalhistas	25	134	-	(128)	31
Tributários	985	-	-	-	985
	<u>1.121</u>	<u>1.110</u>	<u>(242)</u>	<u>(858)</u>	<u>1.131</u>

Natureza	2020	Resultado		Pagamentos	Atualização	2021
		Adições	Reversões			
Cíveis	26	1.462	(220)	(1.157)	-	111
Trabalhistas	2	29	(2)	(4)	-	25
Tributários	963	-	-	-	22	985
	<u>991</u>	<u>1.491</u>	<u>(222)</u>	<u>(1.161)</u>	<u>22</u>	<u>1.121</u>

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível e somavam o montante de R\$ 1.715 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2021), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 164 (R\$ 199 em 31 de dezembro de 2021), e não possui nenhum processo individualmente significativo.

Notas Explicativas

12. Depósitos judiciais e provisões--Continuação

b) Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno. Em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 1.551 (R\$ 333 em 31 de dezembro de 2021). O principal processo refere-se à:

- Ação Trabalhista nº 0000358-61.2019.5.22.0001 em face da Águas de Teresina por entender que sua dispensa sem justa causa fora discriminatória em virtude de sua doença. Solicitando: (a) reintegração no quadro de funcionários da Reclamada ou, subsidiariamente, o pagamento de indenização no valor correspondente ao dobro da remuneração devida no período de afastamento, com juros e correção monetária; (b) Pagamento de indenização por danos morais. Esse processo totaliza um montante de R\$ 185 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2021).
- Ação Trabalhista nº 0000215-58.2022.5.22.0004 na qual o autor relata que a primeira reclamada descumpriu as obrigações do contrato, sobretudo pelo fato de deixar de efetuar pagamento do salário, deixar de proceder com os depósitos do FGTS, além de não ter concedido/pago várias férias vencidas. Esse processo totaliza um montante de R\$ 156 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 546 (R\$ 423 em 31 de dezembro de 2021). O principal depósito judicial refere-se ao processo nº 1008414-23.2019.4.01.3400 que se refere à incidência de INSS sobre verbas da folha de pagamento. O valor do depósito judicial em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 343 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2021).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social integralizado é de R\$ 12.988 e está representado por 86.579.150 (oitenta e seis milhões, quinhentas e setenta e nove mil, cento e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Agea Saneamento e Participações S.A.

100,00%

Notas Explicativas**13. Patrimônio líquido--Continuação****b) Ajuste de avaliação patrimonial**

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de incentivo fiscal

A Reserva foi constituída com base no art. 11 da Resolução CD/CONDEL/SUDAM nº 65 de 29 de dezembro de 2017 do Ministério da Integração Nacional. A Companhia possui incentivo fiscal de redução da alíquota do Imposto de Renda em 75%, o qual é calculado com base no lucro da exploração.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e reserva de subvenção para investimento.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	66.218	85.767
(-) Constituição da reserva de subvenção para investimento	(8.717)	(17.516)
Lucro líquido ajustado	<u>57.501</u>	<u>68.251</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	14.375	17.063
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	47.405	40.504
Dividendos destinados do resultado do exercício	27.596	20.846
	<u>75.001</u>	<u>61.350</u>
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	<u>19.515</u>	<u>37.015</u>

Notas Explicativas

13. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos e juros sobre capital próprio--Continuação

Em 28 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$ 37.015 referente ao saldo dos dividendos adicionais propostos de 31 de dezembro de 2021.

Em 30 de novembro de 2022, a Companhia declarou dividendos intercalares no montante de R\$ 27.596 e dividendos intermediários no montante de R\$ 10.390, na mesma data a Companhia pagou o montante de R\$ 37.015 à título de dividendos.

Em 28 de dezembro de 2022, a Companhia pagou o montante de R\$ 37.986 à título de dividendos.

f) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

14. Receita operacional líquida

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	278.020	249.733
Outros serviços indiretos de água	16.512	8.469
Serviços de esgoto	81.982	64.991
Outros serviços indiretos de esgoto	8.092	4.046
Receitas de construção ativo intangível	106.469	105.422
Total receita bruta	<u>491.075</u>	<u>432.661</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(3.729)	(8.030)
(-) Impostos sobre serviços	(35.231)	(29.527)
Total da receita operacional líquida	<u><u>452.115</u></u>	<u><u>395.104</u></u>

Notas Explicativas

15. Custos e Despesas por natureza

	2022	2021
Pessoal	(27.706)	(19.843)
Conservação e manutenção	(4.408)	(2.920)
Serviços de terceiros	(37.972)	(38.600)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.752)	(2.640)
Amortização e depreciação	(25.577)	(19.311)
Custo de concessão	(6.054)	(5.836)
Custo de construção ativo intangível	(106.469)	(105.422)
Energia elétrica	(38.722)	(38.108)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(6.376)	(4.343)
Baixa de títulos do contas a receber	(1.753)	(2.623)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(868)	(1.269)
Locação	(2.551)	(3.330)
Produtos químicos	(6.931)	(5.933)
Outros	(4.458)	(3.669)
	(272.597)	(253.847)
Custos dos serviços prestados	(217.490)	(201.722)
Despesas administrativas e gerais	(55.107)	(52.125)

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	49.048	9.943
Juros e multa recebidos ou auferidos	22.042	20.017
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 18)	21.619	-
Valor justo da dívida por meio do resultado	26.788	-
Outras receitas financeiras	16	18
Receitas financeiras	119.513	29.978
Despesas		
Encargos sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 11)	(100.141)	(42.915)
Descontos concedidos	(22.753)	(14.088)
Despesas e comissões bancárias	(12.261)	(3.836)
Ajuste a valor presente de clientes	(3.249)	(1.680)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 18)	(72.663)	-
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(3.306)	(1.394)
Outras despesas financeiras	(5.916)	(2.844)
Despesas financeiras	(220.289)	(66.757)
Resultado financeiro	(100.776)	(36.779)

(i) No saldo de 31 de dezembro de 2022 foi incorridos juros sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 64.

Notas Explicativas**17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)****a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está apresentada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	78.636	104.734
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(26.736)	(35.610)
Redução da alíquota - Lucro de exploração (i)	13.724	15.827
(Reversões) Despesas indedutíveis	(288)	66
Inovação tecnológica	97	68
Doações Rouanet e Caráter desportivo	270	183
PAT	466	399
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	-	82
Outras diferenças permanentes	49	18
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(17.008)	(37.857)
Diferido	(4.127)	1.373
Lucro da exploração	8.717	17.517
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.418)	(18.967)
Alíquota efetiva	16%	18%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2022	2021
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados líquido do lucro da exploração	(8.291)	(20.340)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(138)	(54)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(6.741)	(819)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	3.917	8.851
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(11.253)	(12.362)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente retenções na fonte	2.775	1.708
IRPJ/CSLL sobre SELIC repetição de indébito tributário	-	(82)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.142	7.225
Total	3.917	8.851

- (i) A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais, não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da Companhia até o ano calendário de 2027.

Notas Explicativas**17. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)--Continuação****b) Composição e movimentação dos impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Resultado	2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	4.419	972	5.391
Provisão para participação nos lucros	477	46	523
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	1	22
Ajuste a valor presente de clientes	582	496	1.078
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	74	74
Arrendamentos	11	(8)	3
Perda com clientes	187	(19)	168
Baixa por perda parcelamentos	25	71	96
Ativo fiscal diferido	<u>5.722</u>	<u>1.633</u>	<u>7.355</u>
Juros capitalizados	(2.362)	(410)	(2.772)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(705)	(4.107)	(4.812)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(93)	(42)	(135)
Instrumento financeiro derivativo	-	398	398
Baixa de títulos do contas a receber	(2.233)	(1.599)	(3.832)
Passivo fiscal diferido	<u>(5.393)</u>	<u>(5.760)</u>	<u>(11.153)</u>
Ativo (Passivo) fiscal diferido líquido	<u>329</u>	<u>(4.127)</u>	<u>(3.798)</u>
	2020	Resultado	2021
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	3.757	662	4.419
Provisão para participação nos lucros	432	45	477
Provisões para cíveis, trabalhistas e tributários	4	17	21
Ajuste a valor presente de clientes	326	256	582
Arrendamentos	13	(2)	11
Perda com clientes	194	(7)	187
Baixa por perda parcelamentos	-	25	25
Ativo fiscal diferido	<u>4.726</u>	<u>996</u>	<u>5.722</u>
Juros capitalizados	(2.099)	(263)	(2.362)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(702)	(3)	(705)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(97)	4	(93)
Baixa de títulos do contas a receber	(2.872)	639	(2.233)
Passivo fiscal diferido	<u>(5.770)</u>	<u>377</u>	<u>(5.393)</u>
(Passivo) Ativo fiscal diferido líquido	<u>(1.044)</u>	<u>1.373</u>	<u>329</u>

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 35.355, representando aproximadamente 23,69% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2021, esta provisão era de R\$ 28.979, representando aproximadamente 22,60% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de crédito--Continuação*

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	4	1.707	2.152
Aplicações financeiras	5	227.472	144.443
Contas a receber de clientes	6	113.877	99.220
Debêntures privadas partes relacionadas	7	201.294	-
		<u>544.350</u>	<u>245.815</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		<u>2022</u>					
	<u>Valor contábil</u>	<u>Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>13 a 24 meses</u>	<u>25 a 36 meses</u>	<u>37 a 48 meses</u>	<u>49 meses em diante</u>
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	17.568	17.568	11.445	6.123	-	-	-
Empréstimos e debêntures	984.582	2.741.865	304.338	136.002	127.520	119.848	2.054.157
Instrumentos financeiros derivativos	29.395	220.926	(42.089)	(35.463)	(33.541)	(33.195)	365.214
Outras contas a pagar	3.083	3.113	2.948	86	79	-	-
	<u>1.034.628</u>	<u>2.983.472</u>	<u>276.642</u>	<u>106.748</u>	<u>94.058</u>	<u>86.653</u>	<u>2.419.371</u>

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de liquidez--Continuação*

		2021					
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	28.464	28.464	24.596	3.868	-	-	-
Empréstimos e debêntures	614.410	779.964	62.385	478.423	88.623	79.593	70.940
Outras contas a pagar	1.394	1.472	1.141	166	86	79	-
	<u>644.268</u>	<u>809.900</u>	<u>88.122</u>	<u>482.457</u>	<u>88.709</u>	<u>79.672</u>	<u>70.940</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

- Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures privadas, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e debêntures e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	227.472	144.443
Debêntures privadas partes relacionadas	201.294	-
	<u>428.766</u>	<u>144.443</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos e debêntures	1.016.135	614.410
Instrumentos financeiros derivativos	29.395	-
Outras contas a pagar	418	1.106
	<u>1.045.948</u>	<u>615.516</u>

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

Risco de mercado--Continuação

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2022	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	227.472	Variação do CDI	13,65%	31.050	38.813	46.575	23.288	15.525
Debêntures privadas partes relacionadas	201.294	Variação do CDI	13,65%	27.477	34.346	41.216	20.608	13.739
2- Passivos financeiros								
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	(433.404)	Variação do CDI	13,65%	(59.160)	(73.950)	(88.740)	(44.370)	(29.580)
Debêntures	(582.730)	Variação do IPCA	5,78%	(33.682)	(42.102)	(50.523)	(25.261)	(16.841)
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(587.368)</u>			<u>(34.315)</u>	<u>(42.893)</u>	<u>(51.472)</u>	<u>(25.735)</u>	<u>(17.157)</u>

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de juros utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros.

Para mitigar tais riscos, os instrumentos financeiros da Companhia estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*Risco de mercado--Continuação*

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para esses riscos da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	Exposição	Cenários				
		I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Risco Cambial						
1- Instrumentos derivativos						
Empréstimos	(609.518)	(609.518)	(761.898)	(914.277)	(457.139)	(304.759)
Swap - Ponta ativa	609.518	609.518	761.898	914.277	457.139	304.759
1 + 2 - Exposição líquida	-	-	-	-	-	-

Gerenciamento do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros--Continuação

	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2022	2021	2022	2021
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa (i)	4	Custo amortizado	Nível 2	1.714	2.157	1.714	2.157
Aplicações financeiras (i)	5	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	227.472	144.443	227.472	144.443
Contas a receber de clientes (i)	6	Custo amortizado	Nível 2	113.877	99.220	113.877	99.220
Debêntures privadas partes relacionadas (i)	7	Custo amortizado	Nível 2	201.294	-	201.294	-
Total				544.357	245.820	544.357	245.820
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros (i)	10	Custo amortizado	Nível 2	17.568	28.464	17.568	28.464
Empréstimos e debêntures (ii)	11	Custo amortizado	Nível 2	984.582	614.410	1.253.445	646.433
Instrumentos financeiros derivativos (i)		Valor justo - Instrumentos de hedge	Nível 2	29.395	-	29.395	-
Outras contas a pagar (i)		Custo amortizado	Nível 2	3.084	1.527	3.084	1.527
Total				1.034.629	644.401	1.303.492	676.424

- (i) Para algumas das operações a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.
- (ii) Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM & F Bovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hedge Accounting*Instrumentos financeiros derivativos*

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a exposição do IPCA por um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Passivo	
						2022	2021
Swap	R\$ 600.000	6,62% do IPCA	111,03% do CDI	CETIP	15/maio/37	29.395	-

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Hedge Accounting--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *Hedge Accounting* de valor justo, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0.

A mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de valor justo é reconhecida na demonstração do resultado.

	<u>Resultado</u> <u>2021</u>	<u>Resultado</u> <u>2022</u>
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de valor justo:		
Perdas líquidas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 16)	-	(51.044)

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de:

- Índices diferentes (e, conseqüentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*;
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos;
- Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

Notas Explicativas**18. Instrumentos financeiros--Continuação**Valor justo*Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Administração considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2022. A cia. estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Administração considera, ainda o risco da alta do IPCA. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais NTNB divulgadas pela Anbima no dia 31 de dezembro de 2022. A cia. estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2022		
			Cenários		
			I	II	III
Swap	(29.235)	Alta Curva CDI	(30.015)	(37.385)	(39.980)
		Alta Curva IPCA	(85.952)	(185.913)	(226.784)
		Variação IPCA	(269.319)	(548.903)	(636.273)

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros era composta por:

	2022	2021
Danos materiais	111.000	124.000
Responsabilidade civil	120.000	100.000
Executante concessionário	42.660	40.171
Risco Engenharia	102.000	-

Notas Explicativas

20. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

	2022	2021
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	66.218	85.767
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	86.579	86.579
Lucro básico e diluído por ação - R\$	0,76	0,99

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui o compromisso de repassar de 3% do lucro líquido ao Município. Também há o compromisso mensal de pagamento ao Agente Regulador referente à taxa de regulação, que corresponde a 1,1% da receita bruta.

Além disso, possui compromisso de conceder desconto de 1% no pagamento das tarifas cobradas pelos serviços prestados aos entes da Administração pública direta e indireta do município.

O acionista deve viabilizar a capitalização do montante de R\$ 86.579 no capital social da Companhia em até 120 meses contados a partir do início da concessão, prazo esse que se findará em 04 de julho de 2027. Até 31 de dezembro de 2022 já foram integralizados R\$ 12.988.

O contrato prevê um total de investimento (valores históricos) para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da subconcessão no montante de R\$ 1.731.583, previstos na data da assinatura. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) manutenção da cobertura de água potável em 100% até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.

22. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2023

(valores expressos em milhares de reais)

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 248.000

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia R\$ 248.000

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros destinada no exercício de 2022 R\$ 10.390

Outros recursos próprios ou de terceiros R\$ 237.610

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.
Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a diretoria da Companhia faça o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da diretoria e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da diretoria com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.d. e 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.h., 3.j., 8 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade das taxas de câmbio, taxa de juros e inflação, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses, a diretoria utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 29.395 mil no passivo em 31 de dezembro de 2022. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise das estruturas de hedge accounting; (ii) revisão de contratos; (iii) confirmação externa dos respectivos contratos; (iv) análise da documentação das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de hedge; (v) elaboração de cálculos independentes para a validação do valor justo, utilizando taxas de mercado e demais dados observáveis; e (v) análise dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.b. e 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A, sociedade por ações com sede na Avenida Professor Camilo Filho, nº 1.960, Bairro Todos os Santos, no Município de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64089-040 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Teresina/PI, 23 de fevereiro de 2023.

JACY DO PRADO BARBOSA
Diretor Presidente

ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS
Diretor de Relações com Investidores

FERNANDO SOARES VIEIRA LIMA
Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da Águas de Teresina Saneamento SPE S.A, sociedade por ações com sede na Avenida Professor Camilo Filho, nº 1.960, Bairro Todos os Santos, no Município de Teresina, Estado do Piauí, CEP 64089-040 ("Companhia"), abaixo designados, declaram que:

reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada

Teresina/PI, 23 de fevereiro de 2023

JACY DO PRADO BARBOSA
Diretor Presidente

ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS
Diretor de Relações com Investidores

FERNANDO SOARES VIEIRA LIMA
Diretor Executivo